

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NACIONAIS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DO MERCOSUL E SEUS IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Argemiro Luís Brum²
Jaqueline Primo Nogueira de Sá³

Resumo: O presente artigo trata das interferências das políticas nacionais, particularmente as políticas industriais e comerciais, do Brasil e da Argentina sobre as negociações internacionais de ambos países no âmbito do bloco econômico MERCOSUL. Para que os acordos internacionais atinjam os objetivos traçados nos seus tratados formadores e promovam o desenvolvimento econômico de uma região, as políticas nacionais devem ser coordenadas com as diretrizes internacionais do bloco, e não divergentes. Em vista disso, pretende-se analisar de que forma as políticas industriais do Brasil e da Argentina são conflitantes com as diretrizes do MERCOSUL para o setor industrial, bem como as consequências que isso gera para o segmento da indústria metal-mecânica do Noroeste do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico dessa região.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. MERCOSUL. Desenvolvimento Regional.

1. Introdução

Com o aumento da globalização verifica-se uma tendência à regionalização, podendo a mesma ser representada pela formação de blocos econômicos. A união de países em blocos e a formulação de políticas gerais intra-bloco a serem seguidas pelos países membros visa, dentre outros fatores, o desenvolvimento dos países envolvidos. É por meio dos blocos econômicos que os países membros buscam negociações internacionais mais equitativas, que garantam a sua permanência e o seu desenvolvimento num mundo mais competitivo.

As relações entre Brasil e Argentina, no âmbito do MERCOSUL, visam, dentre outros fatores, o aumento do poder de negociação com outros blocos regionais e o fortalecimento de suas economias internas. Porém, sabe-se que os países signatários do bloco, em especial o Brasil e a Argentina, muitas vezes desrespeitam as diretrizes estabelecidas intra-bloco. No caso desses dois países, a comercialização entre ambos é travada no contexto de diversas barreiras – tarifárias e não tarifárias –, estando longe de se praticar o livre-comércio.

As políticas nacionais, tanto industriais como comerciais, exercem influência significativa sobre as negociações no âmbito internacional. Algumas vezes, essas políticas são conflitantes com as diretrizes, acordos e normas internacionais. Então, para que o crescimento

¹ Artigo submetido para a área temática ‘Desenvolvimento Econômico’ do 6º Encontro de Economia Gaúcha.

² Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor da UNIJUÍ.

E-mail: argelbrum@unijui.edu.br.

³ Mestranda junto ao Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ. Bolsista CAPES.

E-mail: jaquensa@hotmail.com.

e o desenvolvimento econômico de um país sejam alcançados é necessário que as políticas internacionais contemplem os interesses nacionais. Ou seja, políticas incompatíveis com tais interesses, mesmo num cenário de negociações multilaterais, podem gerar conflitos comerciais entre as partes e inviabilizar a consolidação e razão do bloco econômico.

Diante disso, justifica-se um estudo mais aprofundado sobre as negociações internacionais entre o Brasil e a Argentina no contexto do bloco econômico MERCOSUL, buscando identificar as interferências das políticas nacionais sobre tais negociações e os reflexos no desenvolvimento regional. Por ser esse artigo resultado parcial das pesquisas que os autores estão realizando no contexto do mestrado em Desenvolvimento da Unijuí, o mesmo não é, portanto, conclusivo. O estudo leva em conta a influência das políticas industriais dos dois principais parceiros no MERCOSUL sobre a construção de uma política comum, com ênfase nos reflexos desta realidade a partir da análise do setor industrial metal-mecânico do Noroeste do Rio Grande do Sul (RS).

O critério adotado para a seleção desses dois países é o forte papel que ambos exercem dentro do bloco por apresentam maior expressão tanto econômica, como política e territorial. O Brasil apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$2.172 trilhões, ao passo que o da Argentina foi de US\$596 bilhões (estimativas 2010, CIA, 2012). Em relação a população, constatam que o Brasil possui 203 bilhões de habitantes e o país vizinho 42 bilhões (estimativas 2011, CIA, 2012). Ademais, “para que uma integração regional tenha êxito, torna-se crucial que todos os seus sócios enveredem por um caminho de aprendizagem sobre os Estados-membros” (HIRST; BEZCHINSKY; CASTELLANA, 1994, p.5).

Quanto a consideração da região Noroeste do Estado do RS para o estudo, essa faz fronteira com a Argentina, detém a maior área territorial do Estado gaúcho (23%) e, atrás apenas da região metropolitana de Porto Alegre, apresenta maior índice populacional (18%), conforme dados disponibilizados pela FEE (2012). Já a escolha do setor industrial metal-mecânico do Noroeste do RS para compor o objeto de análise do presente estudo é justificada pela importância desse segmento tanto a nível regional quanto nacional, sendo composto por um grande número de estabelecimentos de porte significativo. Esse setor representou 17,8% e 22,8% dos produtos exportados pelo RS e pelo Brasil, respectivamente, conforme dados para o período de janeiro a outubro de 2011 disponibilizados pelo MDIC (2012). A análise desse segmento considerou apenas aquelas atividades do grande grupo da indústria de transformação diretamente vinculadas ao setor em estudo – metalurgia básica; siderurgia; fabricação de equipamentos de informática e produtos eletrônicos; fabricação de máquinas e

equipamentos para agricultura, pecuária e construção civil; fabricação de veículos diversos; entre outras – e relacionadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE (2012).

O presente artigo inicia contextualizando e conceituando os processos de globalização e regionalização das economias em direção à formação de blocos econômicos. Posteriormente, trata do bloco constituído entre o Brasil e a Argentina – o MERCOSUL –, no qual a economia gaúcha possui papel importante. Por fim, analisa aspectos da economia industrial brasileira e gaúcha, com atenção maior ao setor metal-mecânico.

2. Os Processos de Globalização e Regionalização das Economias

Atualmente, evidenciam-se uma série de transformações, tanto na economia mundial como na economia nacional, decorrentes dos processos de globalização e regionalização. O início do movimento de globalização é muito discutido no meio acadêmico. Diversos teóricos acreditam que o processo iniciou-se nos séculos XV e XVI com o descobrimento das Américas através das grandes navegações. Outros consideram a globalização um processo mais recente, intensificado nos anos 1980 com as desregulamentações generalizadas das economias, possibilitando e gerando condições de concorrência no âmbito mundial. Também, com o surgimento da III Revolução Industrial, conhecida como Era da Informação, e o desenvolvimento dos meios de transportes e das telecomunicações, a globalização das economias foi facilitada. Apesar da não concordância quanto ao seu início, verifica-se que “[...] a globalização não é um fenômeno novo: é um novo nome que compreende diferentes processos sócio-políticos e econômicos” (PETRAS apud MARCONDES, 2006, p. 01).

Da mesma forma que há dificuldade e contradições em periodizar o início desse processo, sua conceituação é difícil, pois envolve diversos segmentos das relações sociais, impactando diversas áreas. Pode-se defini-lo tanto como um processo econômico, quanto político, social, cultural e/ou religioso. Até mesmo se considerarmos apenas o lado econômico, o processo apresenta uma variedade de fenômenos, podendo ser definido numa perspectiva financeira, comercial, produtiva ou institucional. Do ponto de vista econômico, globalização é a movimentação dos bens e serviços através das barreiras regionais, nacionais e/ou internacionais. Envolve o comércio internacional, onde as trocas unem os mercados. Segundo Baumann (1996), como depende das ações de agentes individuais, ou seja, das empresas, é considerado um processo microeconômico e centrífugo, apesar da existência de ações governamentais por meio de políticas comerciais e cambiais, por exemplo, para facilitar e estimularem essas trocas. Na perspectiva comercial e produtiva, há

homogeneização da demanda e da oferta, gerando ganhos de economia de escala. A globalização produtiva está associada à revolução dos métodos de produção em que, por exemplo, as fases de produção de uma determinada mercadoria podem ser realizadas em qualquer lugar do mundo. Do lado institucional, há o surgimento de outros atores internacionais com capacidade de influenciar o Estado-nação (BAUMANN, 1996). Há a criação de novas instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (STIGLITZ, 2002).

Segundo Hisrt (1998), os fatores determinantes do processo de globalização são tecnológicos, institucionais e sistêmicos. O fator tecnológico está relacionado à revolução tecnológica, especialmente nas áreas de informática e telecomunicações. Os fatores institucionais e políticos dizem respeito à ascensão das ideias neoliberais, ocasionando as desregulamentações na economia. Já o fator sistêmico refere-se à crise de realização da produção nos países desenvolvidos – insuficiência de demanda interna – e, conseqüentemente, a procura de novos mercados para a realização do capital, promovendo, assim, o comércio internacional.

Stiglitz (2002, p. 36) conceitua globalização como a

[...] integração mais estreita dos países e dos povos [...] que tem sido ocasionada pela enorme redução dos custos de transporte e de comunicações, e a derrubada das barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através das fronteiras.

Esses diversos conceitos apresentados são parciais devido à grandeza do fenômeno, dependendo do foco de análise do autor. O fato é que um novo cenário mundial é definido, com uma nova geopolítica e novos centros hegemônicos. Há aumento da eficiência econômica em razão da especialização, da redução de custos e das economias de escala; crescimento da cooperação entre as empresas; aumento da importância das empresas transnacionais; internacionalização dos mercados financeiros (BAUMANN, 1996b). A abertura econômica também possibilita o crescimento de nações que cresceriam muito menos caso não houvesse a abertura de suas economias. Ademais, ao impulsionarem o crescimento econômico, o aumento das exportações leva ao desenvolvimento da nação. Também, verifica-se um aumento na expectativa e no padrão de vida das pessoas ao redor do mundo; um maior acesso ao conhecimento e à informação; a introdução de novas tecnologias; o acesso a novos mercados; uma maior interconexão das economias; e a criação de novos setores produtivos, gerando mudança nas vantagens comparativas das economias (STIGLITZ, 2002).

O enfraquecimento do poder dos Estados devido o surgimento de outros atores internacionais com personalidade jurídica é uma das consequências do processo globalizante. Esses novos atores são capazes de formular leis e regras que deverão ser seguidas pelos Estados-membros e não-membros em virtude do poder coercitivo que tais instituições exercem. Há a subordinação das políticas nacionais a condicionantes externos, ocasionando perda do poder dos governos para exercer sua política monetária e fiscal (HIRST, 1998). O perigo reside no fato de que as políticas ditadas por essas instituições internacionais, como o FMI, beneficiam, na maioria das vezes, os países desenvolvidos em detrimento dos em desenvolvimento, e as políticas governamentais macroeconômicas ficam reduzidas. Da mesma forma, as empresas transnacionais e os mercados financeiros internacionais também afetam as decisões políticas, pois as atividades econômicas não mais correspondem ao território nação, e sim ao nível global e transnacional.

Com a perda de parte da autonomia dos Estados, os mesmos deveriam contribuir e não atrapalhar o processo de globalização. Muitas vezes, apesar de acreditarem agir corretamente com a regulamentação e contenção de gastos públicos, podem, dessa forma, prejudicar a competitividade da economia nacional, afastando os investimentos diretos estrangeiros. A crença de que os Estados perdem sua autonomia também faz com que os mesmos se deixem dominar pelas economias ricas e pelos mercados financeiros internacionais. Dessa forma, segundo Hirst (1998), a globalização poderia ser vista como um ‘mito’ que tende a paralisar as iniciativas nacionais, servindo como desculpa para a submissão e inação das economias em desenvolvimento e para a isenção de responsabilidades.

Para Stiglitz (2002), o problema não se encontra na globalização em si, a qual apresenta muitos benefícios do seu ponto de vista, mas sim na forma como está sendo gerida, provocando um efeito negativo principalmente sobre as economias em desenvolvimento, sendo as economias ricas do Ocidente as líderes do processo. Para as instituições internacionais, o processo só gera progresso, sendo os efeitos negativos, como o aumento da pobreza, considerados de curto prazo e custos necessários que os países devem arcar. Já para os países em desenvolvimento e para a maior parte da população, a globalização não tem gerado os benefícios econômicos prometidos. Além de não reduzir a pobreza, não cria estabilidade. As políticas de liberalização impostas às nações pobres pelos ricos não são seguidas por esses últimos, que acabam adotando políticas protecionistas de cunho não liberal, prejudicando as economias menos favorecidas, sendo os impactos da globalização não homogêneos e atrelados à realidade socioeconômica de cada nação.

Os países periféricos estão mais sujeitos às imposições das políticas neoliberais adotadas pelos países considerados centrais porque no mundo globalizado há o predomínio dessas ideias – abertura da economia, liberalização, privatização, desregulamentação dos mercados – contrárias à presença do Estado e das regulamentações na economia. Essas ideias neoliberais, ou seja, as ideias dos liberais do século XX, derivadas do liberalismo clássico de Adam Smith, surgiram após a II Guerra Mundial nos Estados Unidos (EUA) e na Europa como reação ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social proposto por Keynes (SOUZA, 2004). Foi nos anos 1980, com a ascensão das ideias liberais, que houve o aumento da desregulamentação dos mercados e a intensificação dos processos de globalização.

Se os acordos internacionais, que visam reduzir as barreiras à livre circulação de mercadorias, serviços e/ou fatores de produção, e as políticas impostas às economias em desenvolvimento pelos organismos internacionais fossem revistos, a globalização poderia trazer mais vantagens e os aspectos positivos poderiam ser compartilhados igualmente entre os povos, inclusive ter o “[...] potencial de enriquecer todas as pessoas do mundo” (STIGLITZ, 2002, p. 11). Segundo o mesmo autor, apesar da necessidade de reforma nessas instituições, elas são essenciais para gerir uma comunidade considerada global. Porém, as regras devem ser efetivamente seguidas, justas e elaboradas de forma imparcial. O governo e o mercado seriam instituições complementares, devendo ambos atuar em parceria.

A mudança mais fundamental e necessária para fazer a globalização funcionar da maneira que deveria é uma modificação na sua governança. Isso exige, no FMI e no Banco Mundial, uma alteração nos direitos de voto e em todas as instituições econômicas internacionais [...]. Depois [...] a maneira mais importante de garantir que as instituições econômicas internacionais sejam mais responsivas [...] é uma maior abertura e transparência (STIGLITZ, 2002, p. 274).

Ao se falar em globalização outro termo relacionado é digno de nota – a regionalização. Num primeiro momento, esses processos podem parecer antagônicos. A regionalização corresponde a um movimento centrípeto e macroeconômico, onde as decisões políticas o influenciam, e não as estratégias empresariais, estando relacionado à preservação e ao estímulo de valores locais (MORE, 2006). Ao passo que, de acordo com Oman (apud BAUMANN 1996b), a globalização é um processo centrífugo, referente às empresas e ao movimento de fatores de produção através das fronteiras, tendo seu impulso primário em variáveis microeconômicas.

A regionalização caracteriza-se pelo movimento em direção à formação de blocos econômicos. Com isso em vista, a globalização mostra-se contrária a esse movimento, pois, na medida em que visa à eliminação de certas alianças ou restrições comerciais, propugnando

o livre comércio e fronteiras flexíveis, promove o declínio dos blocos comerciais protecionistas que promovem o isolamento de certas regiões. No entanto, a regionalização elimina as barreiras existentes entre países ao formar blocos, pelo menos entre os países membros (SOUZA, 2004). A formação de blocos intergovernamentais elimina as fronteiras econômicas e comerciais entre os países membros, podendo-se constatar que a regionalização é sim uma forma de implementar barreiras protecionistas, mas entre os megablocos (MAGNOLI, 2002). Na ótica econômica, a regionalização pode ser definida como “[...] o conjunto de medidas tomadas pelo Estado para aumentar, ou diminuir, os obstáculos às trocas, aos investimentos, aos fluxos de capitais e aos movimentos de fatores entre os grupos de países envolvidos” (MORE, 2006, p.5).

Apesar das aparentes diferenças entre a globalização e a regionalização, esses processos são convergentes e compatíveis, se complementam e, muitas vezes, se reforçam. “[...] o local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e consequente, outras de modo desigual e desencontrado” (IANNI, 1996, p. 192). De acordo com More (2006), a regionalização seria uma resposta macroeconômica do Estado aos problemas microeconômicos dos mercados – a globalização. Ademais, esses processos são considerados inevitáveis e inerentes ao capitalismo. Num primeiro momento, a globalização refere-se a expansão do capitalismo devido sua busca incessante pelo lucro e necessidade de novos mercados. Após, através da integração dos mercados – regionalização – e da abertura ao comércio e ao capital internacional, as economias tornam-se interdependentes.

3. O Comércio Internacional, a Abertura Econômica e a Formação de Blocos Regionais

Uma das características da regionalização é a formação de blocos econômicos, ou seja, a integração econômica. Integrar significa juntar as partes de uma forma favorável, fazendo com que o resultado seja melhor do que antes. A integração econômica tem como objetivo a agregação de países com o intuito de melhorar e ampliar seus recursos escassos para melhor atender seus cidadãos. Como os países possuem diferenças entre si, uns são melhores dotados em recursos naturais, enquanto outros possuem capital financeiro, é por meio da integração que as nações procuram compensar suas deficiências, complementando-se e minimizando suas limitações (DAL BELLO, 2006).

Porém, o comércio internacional vem antes mesmo dos processos de formação de blocos econômicos, sendo pertinente compreender, primeiramente, por que os países comercializam entre si. Uma tentativa de explicar essa questão é através do “Princípio das Vantagens Comparativas” – teoria econômica clássica elaborada por David Ricardo em 1817.

Essa teoria fundamenta-se na ideia de que cada país deve se especializar na produção da mercadoria para a qual possua vantagem comparativa, ou seja, cuja produção seja relativamente mais eficiente ou possua um custo de produção relativamente menor que o de outra mercadoria. Levando em consideração esse princípio, todos os países se beneficiariam do comércio internacional, desde que garantida a liberalização comercial.

Por se mostrar irrealista e estática, essa teoria foi alvo de críticas. Um dos críticos foi Raul Prebisch, defensor da corrente estruturalista, por considerar a existência de mudanças na estrutura da demanda a medida que a economia cresce. Certos produtos são mais elásticos do que outros, ou seja, uma alteração na renda altera a sua demanda. Isso, no longo prazo, causaria uma deterioração nos termos de troca, retirando os ganhos provenientes do comércio internacional. Também conhecida como cepalina, essa teoria justifica o atraso das economias em desenvolvimento, considerando que as mesmas se especializaram na produção de produtos primários, menos elásticos, onde um aumento na renda não acarretaria um aumento na demanda na mesma proporção, deteriorando os termos de troca e prejudicando a economia exportadora do bem (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONEDO Jr., 2002).

Outra crítica à teoria clássica é referente aos fatores de produção. O modelo de Heckscher-Ohlin considera que os países diferem quanto à dotação dos fatores capital e trabalho, especializando-se na produção da mercadoria que utiliza intensivamente o fator de produção mais abundante no país. Dessa forma, as economias desenvolvidas se especializariam naqueles bens intensivos em capital, enquanto que as economias em desenvolvimento ficariam com a produção dos bens intensivos em mão-de-obra. Porém, o paradoxo de Leontieff constatou que os Estados Unidos exportam produtos intensivos em trabalho apesar de serem uma economia com capital abundante (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONEDO Jr., 2002).

Apesar da existência de diversas teorias e críticas sobre o porquê do comércio internacional, o mesmo continua sendo uma opção vantajosa em relação à autarquia – produzir e consumir sem comercializar internacionalmente. Foi após a II Guerra Mundial que o comércio internacional se intensificou. Porém, isso não significa que nesse período as barreiras protecionistas foram reduzidas ou até mesmo abolidas. Pelo contrário, houve o aumento de práticas protecionistas por meio do aumento de restrições não tarifárias, como as quotas de importação e as normas fitossanitárias. O que possibilitou o aumento das trocas internacionais nesse período foram outros fatores, tais como a desregulamentação dos mercados financeiros; o aparecimento da Tecnologia da Informação; a adoção de políticas

mais liberais; o aumento da participação de empresas multinacionais; a proliferação de acordos regionais de comércio; entre outros referentes à intensificação dos processos de globalização e regionalização da economia mundial (PINHO; VASCONCELLOS, 1999).

Na década de 1980, tomaram impulso em todo o mundo políticas de abertura econômica e expandiram-se as tentativas de integração. A América Latina teve diversos estímulos para a implementação de acordos regionais. De acordo com Baumann (1999), além dos exemplos de integração de outras regiões (NAFTA); a recuperação do nível de atividade econômica; a retomada dos regimes democráticos; o início de negociações multilaterais na Rodada Uruguai; e as pressões por parte dos Estados Unidos para a formação de uma área de livre comércio no continente americano também são fatores que contribuíram para a intensificação dos esforços de aproximação e integração dessas economias.

Em relação à economia brasileira, os anos 1980 foram marcados por graves desequilíbrios internos e externos. Internamente, o país passava por uma grande recessão, conhecida como a década perdida. Nesse período, a economia brasileira enfrentava queda no crescimento do PIB e dos investimentos, aumento da inflação, crescimento dos déficits públicos e aumento das dívidas internas e externas. A estagnação econômica e as altas taxas de inflação pelas quais passava a economia geraram um período de estagflação. No âmbito externo, tem-se a turbulência internacional causada pela moratória da dívida externa mexicana em 1982. Diante desse cenário da época, a abertura econômica do Brasil tornou-se inevitável para gerar eficiência alocativa dos fatores de produção, proporcionando o crescimento necessário e atingindo o desenvolvimento econômico com melhoria na qualidade de vida da população. Nesse período, o Brasil apresentava atraso tecnológico em relação a outros países. Sendo assim, a abertura da economia e a reestruturação industrial beneficiaram os consumidores, proporcionando uma maior disponibilidade de bens e serviços. Além disso, a economia brasileira também sofria com as altas cargas tributárias, juros elevados, falta de infra-estrutura e excessiva burocracia (REGO; MARQUES, 2003).

Nos anos 1990, a redução das barreiras protecionistas intensificou-se nas economias latino-americanas. A estratégia adotada para isso constituiu-se na adoção de medidas comerciais regionalistas através da assinatura de tratados de livre comércio e da formação de blocos regionais (MAGNOLI, 2002). No Brasil, iniciou-se e intensificou-se a abertura e a liberalização econômica, motivadas pela desregulamentação dos mercados internacionais e pelo esgotamento do modelo de substituição de importações voltado para o abastecimento do mercado interno. Com isso, muitas empresas tiveram que se adaptar para sobreviverem a um

mercado mais competitivo e com concorrentes internacionais (REGO; MARQUES, 2003). A inserção internacional do Brasil varia tanto de acordo com o quadro político e econômico interno, como também com a evolução da economia mundial (GONÇALVES, 1993).

É através dos processos de integração econômica que as barreiras são reduzidas ou até mesmo eliminadas entre os países participantes. A abertura econômica é um fator determinante para esse movimento. Segundo Mirdall (apud MORE, 2006), a integração econômica elimina os entraves à livre circulação de mercadorias, serviços, capital, mão-de-obra, entre outros, dependendo do nível atingido de integração, através da adoção de uma política comum entre os países participantes. De acordo com Gordon (2000, p. 175), “a teoria da integração econômica se refere à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas”.

Dentre as medidas adotadas para eliminar barreiras e promover a aproximação e, eventualmente, a união entre as economias de dois ou mais países tem-se à redução das barreiras tarifárias, a implementação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a adoção de políticas macroeconômicas complementares. Esses processos baseiam-se, fundamentalmente, na vontade dos Estados em obter vantagens econômicas, tais como aumentar a fatia do mercado, a produtividade, a produção por meio de economias de escala, a coesão política, e diminuir as diferenças existentes entre as nações. A formação de blocos econômicos também é o meio que as nações encontram para protegerem-se e enfrentarem os novos desafios provenientes da evolução da economia mundial, como a intensificação da concorrência internacional. Assim, a regionalização pode ser vista como uma alternativa adotada pelos Estados para enfrentar os males gerados pela globalização.

Quanto a flexibilização da soberania dos Estados envolvidos, essa varia de acordo com o grau de integração atingido, podendo ser “[...] uma aproximação das políticas econômicas apenas ou se expandir a uma unificação das políticas não só econômicas, mas também sociais, culturais, ambientais, etc.” (FRIEDRICH, 2001, p. 369). A redução de autonomia se deve ao fato do Estado agora pertencer a um todo maior – o bloco –, devendo submeter-se a ele. Portanto, o que se evidencia não é a perda de soberania pela supranacionalidade desses novos órgãos internacionais, mas sim a transferência de parte dela, passando as nações e essas instituições a atuarem conjuntamente, potencializando a ação tanto dos Estados como dos órgãos internacionais (NOGUEIRA, 2006).

Os níveis de integração dos blocos econômicos dependem da pretensão de cada Estado envolvido. Esses níveis derivam desde o mais simples até o mais complexo e completo. Em

relação a forma mais simples, os ‘Acordos Comerciais Preferenciais’ são os que geram menor grau de interdependência entre as nações. Esses acordos podem ser bilaterais ou multilaterais e reduzem as barreiras comerciais entre os países signatários, pois assegura níveis tarifários preferenciais. A adoção de tarifas preferenciais entre dois ou mais países membros são diferentes das cobradas aos países não-membros (MORE, 2006). Já em uma ‘Área de Livre Comércio’, o interesse dos Estados membros é ampliar o comércio entre si, ocorrendo a redução de barreiras comerciais e a abolição de políticas aduaneiras e de restrição de mercadorias. Nesse nível, tanto as restrições tarifárias como as não tarifárias são removidas entre os integrantes, sendo mantida a política externa individual dos Estados em relação aos não-membros (DAL BELLO, 2006; MORE, 2006). Na ‘União Aduaneira’ os países membros adotam uma mesma tarifa em relação às importações provenientes de mercados externos através da adoção de uma TEC que incide sobre os demais países não pertencentes ao bloco. Dessa forma, essa integração corresponde a uma Área de Livre Comércio com adoção de uma política externa comum para harmonizar as políticas comerciais em relação ao restante do mundo, havendo a coordenação de políticas macroeconômicas entre os países membros (DAL BELLO, 2006; MORE, 2006). O ‘Mercado Comum’, além de pressupor a neutralidade das tarifas dentro do bloco e de estabelecer uma TEC, visa a livre mobilidade dos fatores de produção – mão-de-obra e capital – e pressupõe a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (DAL BELLO, 2006). Na ‘União Econômica’ ou ‘União Política’, além de adotar as medidas de um Mercado Comum, a coesão econômica e política são os objetivos fundamentais. Há a harmonização das políticas econômicas nacionais e os Estados membros adotam uma política econômica comum (MORE, 2006). No último nível de integração e, portanto, o mais complexo – ‘União Econômica Total’ –, a soberania dos Estados membros é mais flexibilizada. Além das medidas adotadas nas integrações anteriores, há unificação das políticas monetárias, fiscais e sociais, que passam a ser implementadas de forma conjunta por todos os Estados membros. Ademais, a política macroeconômica é comum e não mais coordenada, como ocorre nas demais formas de integração (MORE, 2006). Além desses níveis de integração existem as ‘Zonas Francas’ ou ‘Zonas de Livre Comércio’ (GORDON, 2000). Essas áreas são destinadas à atração de investimento estrangeiro, pois permitem a importação de matérias-primas e de produtos intermediários isentos de tributação.

Os processos de integração não obedecem necessariamente essa ordem e podem até mesmo conter características das mais diversas. Essa classificação serve apenas para exemplificar que a mais complexa engloba todas as características das demais. Até o

momento não existem exemplos de todos os níveis possíveis de integração econômica conhecidos na literatura, bem como nem todo o bloco formado apresenta todas as características pertinentes a sua definição teórica. Nos dias atuais, a União Europeia é o exemplo mais evoluído de integração econômica, constituindo-se numa união econômica total. Em 1993, atingiu a condição Mercado Comum. Além disso, “[...] a Comunidade Europeia [...] foi a primeira integração econômica a ser realizada e a que obteve maiores resultados” (CELSO MELLO apud FRIEDRICH, 2001, p. 368). Apesar disso, esse bloco encontra-se em crise devido às instabilidades econômicas e financeiras por que passa a economia mundial, colocando em cheque as outras formas de integração vigentes.

3.1 O caso do MERCOSUL

Os países em desenvolvimento viram nos processos de integração econômica uma alternativa para aumentar sua taxa de desenvolvimento econômico. Em vista disso, surgiram várias tentativas de integração econômica que fracassaram, embora algumas apresentaram alguns êxitos. Um dos entraves para o sucesso desses processos nas economias periféricas é referente à distribuição dos benefícios gerados intra-bloco, que são distribuídos de forma uniforme entre os países membros, ficando a maior parcela com as economias mais desenvolvidas dentro da integração. Outro entrave é a recusa por algumas nações em desenvolvimento de transferência de parte de sua soberania proveniente do surgimento de uma comunidade supranacional. A precária e pouco desenvolvida infra-estrutura da região, bem como os diferentes níveis de desenvolvimento industrial das economias do bloco, também contribuem para o fracasso. Apesar das dificuldades encontradas e do êxito ter sido limitado, nem todas as tentativas falharam, e se as adaptações forem feitas, o sucesso é inestimável, segundo Gordon (2000). A existência de regimes democráticos e estáveis foi uma medida adotada pelos governantes dessas economias para adaptarem-se ao novo cenário mundial, apesar de os países latino-americanos mostram-se retardatários quanto à adoção desse tipo de regime. Além da liberalização econômica-comercial, os processos de integração têm na democratização política um de seus pilares.

Num programa de integração, os valores devem visar à cooperação e a ideia de um ‘destino comum’, embora projetos de desenvolvimento nacional não possam ser menosprezados (RATTNER, 1995). Apesar do objetivo maior da integração ser a promoção do desenvolvimento econômico e social para os países envolvidos, nos dias de hoje, com a intensificação dos processos de globalização, “a visão predominante [...] busca uma integração com enfoque liberal, sem o uso de políticas de desenvolvimento” (DATHEIN,

2005, p. 03). Esse é um dos motivos do baixo desempenho desses processos nessas economias. Para que os benefícios gerados sejam auferidos, as políticas dos países membros de uma integração regional devem englobar políticas de desenvolvimento e não apenas puramente de caráter comercial. Ademais, as mesmas devem ser compatíveis entre os Estados, produzindo-se políticas de desenvolvimento de caráter regional. “[...] a adoção de estratégias de desenvolvimento acordadas facilitaria muito a coordenação de variáveis e políticas macroeconômicas, permitindo um melhor resultado do processo de integração” (DATHEIN, 2005, p. 06).

Ao se falar em integração e desenvolvimento da América Latina, as teorias levantadas pela CEPAL são de grande relevância. Na década de 1950, os problemas para o desenvolvimento da região foram abordados no ‘esquema centro-periferia’. Posteriormente, na década de 1970, surge a ‘teoria da dependência’. Nesse período, os problemas deixam de ser puramente econômicos, passando a ser, também, políticos. Nos anos 1980, tem-se a ‘Teoria da Integração Regional’, período em que constata-se diversas tentativas de integração na América Latina, tais como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (1960), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (1980), o Grupo Andino (1969), e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991). Nessa fase, “a integração regional é vista como um meio de proteção e de fortalecimento das economias regionais [...]. Seu objetivo [...] é promover a integração tendo em vista o desenvolvimento regional” (CORAZZA; HERRERA, 2004, p. 13). Após, surge uma nova ideia, o ‘Regionalismo Aberto’, que tem como foco a acentuação dos processos de integração econômica, porém com a promoção da liberalização comercial com terceiros, “[...] compatível com uma ordem econômica internacional mais aberta e transparente” (CORAZZA; HERREIRA, 2004, p. 11).

O MERCOSUL foi precedido pela ALALC, ALADI, Pacto Andino, Mercado Centro-Americano e outros acordos bilaterais. O acordo que formou a ALALC – Tratado de Montevideu – foi assinado em 1960, mas não vingou por possuir objetivos ambiciosos e apresentar vários obstáculos, sendo um deles o modelo de desenvolvimento de substituição de importações adotado pelas economias latino-americanas. Em 1980, através de uma nova tentativa de integração, a ALALC foi substituída pela ALADI. Em razão das crises econômicas na região e a posterior crescente abertura econômica, o acordo ficou enfraquecido. Os países envolvidos priorizaram a ‘integração competitiva’ e não cooperativa, prevalecendo a flexibilização das políticas a serem adotadas internamente ao invés da estratégia de convergência.

A constituição do MERCOSUL ocorreu, então, no período de aproximação, em 1985, entre os presidentes da Argentina – Raul Alfonsín – e do Brasil – José Sarney. A redemocratização por que os países passaram nos anos 1980 foi um fator que reaproximou esses dois países. Anteriormente, os países apresentavam muitas divergências, como, por exemplo, a construção da hidroelétrica de Itaipu, no governo Geisel – desentendimento resolvido com a assinatura do acordo tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai em 1979 (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Em 1990, através da Ata de Buenos Aires, estabeleceu-se o prazo para a formação do bloco. O mesmo foi criado oficialmente através do Tratado de Assunção assinado entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai em 1991. Porém, em 1994 foi reafirmado através do Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do bloco e reconheceu a sua personalidade jurídica de direito internacional. O período entre a criação e a ratificação do acordo foi destinado à coordenação das políticas macroeconômicas dos países membros, a implantação da TEC e a adoção de acordos setoriais (DATHEIN, 2005). Nessa integração

[...] os países membros se comprometem a promover a ‘livre circulação de bens e fatores produtivos’, bem como o ‘estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros’ [...]. [...] a integração [...] constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social’, e os signatários reafirmam sua ‘vontade política’ de promover o desenvolvimento através da integração regional (CORAZZA; HERRERA, 2004, p. 09).

Em 1994, foram adotadas medidas que transformaram o MERCOSUL em uma União Aduaneira, onde restrições tarifárias e não-tarifárias foram reduzidas para grande parte dos produtos e uma TEC foi estabelecida com sucesso, apesar de existirem produtos com tarifa diferenciada – cláusulas de exceção. A partir de janeiro de 1995, essas medidas entraram em vigor e o MERCOSUL tornou-se o melhor exemplo de uma União Aduaneira, exigindo que as políticas econômicas nacionais fossem previsíveis e não prejudiciais aos demais países membros, e as políticas comerciais mais coordenadas e menos discricionárias.

As restrições dentro do bloco através das chamadas cláusulas de exceções geram algumas dificuldades para a concretização do acordo. Ademais, há àquelas dificuldades causadas pelas desigualdades sociais, setoriais e regionais intra-bloco, como desigualdades no potencial econômico visualizadas no tamanho da área territorial e da população e na diferente dotação de recursos (RATTNER, 1995). Apesar disso, esse bloco pretende atingir o grau de Mercado Comum. De acordo com Magnoli (2002), o Brasil é o país que apresenta maiores dimensões continentais e populacionais, além de um PIB elevado. A importância relativa do

seu mercado interno também é maior que nos demais países do bloco. Já a Argentina, é mais dependente do mercado externo. Todavia, o Brasil está em desvantagem em relação aos indicadores sócio-econômicos, pois possui precários níveis de indicadores sociais. Ambos países tentam superar limites econômicos, principalmente em relação ao desemprego e às desigualdades sociais. Segundo Celso Lafer (apud MAGNOLI, 2002), o MERCOSUL é indispensável, pois “[...] é uma plataforma de inserção competitiva numa economia mundial que, simultaneamente, se globaliza e se regionaliza em blocos”.

Segundo Ricardo Bouzas (apud FAUSTO; DEVOTO, 2004), o MERCOSUL apresenta três fases. A primeira, de 1991 a 1994, é considerada o ‘período de transição’, onde o objetivo era criar a zona de livre comércio e uma união aduaneira com implementação da TEC. A segunda fase, de 1995 a 1998, é a ‘era dos mercados’, onde se deu o apogeu do comércio dentro do bloco favorecido não só pela recuperação da atividade econômica e pela valorização do real, mas também pelas políticas de concessão feitas para a Argentina. A terceira fase, de 1998 em diante, é o ‘tempo de turbulência’, pois nesse período houve uma reversão no processo de interdependência econômica devido à conjuntura de crise política e econômica aberta com a desvalorização do real, em janeiro de 1999, e com a recessão vivida pela Argentina e ameaça de dolarização desse país. É sabido que no ano 2000, o bloco econômico passou por uma nova fase, sendo essa a de fortalecer a integração vigente e em crise e aprofundar as relações em direção a um mercado comum. Essa fase ficou conhecida como o relançamento do MERCOSUL, onde houve o reconhecimento da necessidade de coordenação e convergência das políticas nacionais.

Analisando-se o coeficiente de integração do MERCOSUL, constata-se que o comércio intra-bloco aumentou no decorrer dos anos. Porém, nos períodos de crise, com o fechamento dos mercados, o coeficiente de integração reduz. No ano de 2008, o coeficiente foi de 9,89%, ao passo que em 2007 atingiu 10,30%, conforme dados brutos disponibilizados pelo MDIC (2012). As exportações brasileiras para o bloco corresponderam, aproximadamente, 11% das exportações brasileiras totais no ano de 2011, ao passo que as importações foram de, aproximadamente, 9%, garantindo o saldo positivo na Balança Comercial do Brasil em relação ao bloco. No que diz respeito a participação das exportações do bloco em relação as exportações mundiais, destaca-se que o bloco responde com 2,57%, aproximadamente, das exportações em relação aos ‘top 100’ países exportadores (CIA, 2012). Quanto a participação do PIB do MERCOSUL no PIB mundial, o mesmo corresponde a, aproximadamente, 3,38% em relação ao PIB dos ‘top 100’ (CIA, 2012). De acordo com a

CIA (2012), os países pertencentes ao ‘top 100’ correspondem a um grupo de cem países com maior exportação, em valores FOB.

4. A Economia Nacional e Regional com Foco no Setor Industrial

Cabe a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) coordenar as políticas industriais brasileiras com as políticas do comércio exterior. Ambas devem andar em consonância para que o desenvolvimento econômico seja atingido através dos processos de integração (ABDI, 2011). Para compreender as políticas industriais adotadas pelo Brasil, deve-se, primeiramente, analisar a situação do setor industrial na economia. Esse setor representa em torno de 30% do PIB do país, conforme dados do IBGE, sendo a indústria de transformação a atividade com maior representatividade nesse setor, e o segmento metal-mecânico um subgrupo dessa indústria.

Apesar da importância da atividade industrial na economia brasileira, a mesma vem apresentando queda. Dentre os fatores que contribuíram para o declínio dessa atividade nos últimos tempos foram a restrição ao crédito; a valorização cambial; o acirramento da concorrência internacional – principalmente após a crise de 2008, que ocasionou a estagnação da demanda dos países desenvolvidos por produtos industriais e o aumento da oferta de produtos asiáticos produzidos a baixo custo e o aumento das importações (ABDI, 2011).

Em relação ao RS, seu PIB correspondeu a 6,7% do PIB brasileiro em 2009 (FEE, 2012), garantindo sua quarta posição entre os Estados com maiores participações na renda nacional. Da mesma forma que a economia brasileira, o RS apresentou queda no PIB (no ano de 2009, o PIB gaúcho caiu 0,4%) e na atividade industrial. Dentre os fatores que contribuíram para essa tendência foram a suscetibilidade da economia do Estado aos choques agrícolas; a forte dependência das atividades econômicas à renda do setor primário, onde uma queda da mesma afeta a demanda agregada da economia gaúcha em geral; a estreita ligação entre o setor primário e o setor industrial; e a dependência do setor industrial em relação ao mercado externo (FEE, 2011).

[...] O crescimento econômico do RS também tem sido limitado pelo pequeno grau de liberdade de atuação do Estado, em virtude dos sucessivos déficits nominais nas contas públicas. [...] o ajuste nas contas públicas, quando realizado, tem sido feito essencialmente pelo controle das despesas, o que tem impedido que o Estado atue como indutor do crescimento (FEE, 2011, p.03).

Analisando-se a economia do RS de forma setorial, visualiza-se que o setor industrial correspondeu a 29,2% do valor adicionado bruto do Estado em 2009 (FEE, 2012). A indústria de transformação do Estado também segue a dinâmica nacional, além de estar entre as

primeiras do Brasil. Os principais setores desse segmento são “[...] os de produtos alimentícios, químico, de veículos automotores, reboques e carrocerias, de máquinas e equipamentos (basicamente tratores e implementos agrícolas), de couros e calçados, de fumo e de produtos de metal” (FEE, 2011, p. 08). Como o setor industrial envolve atividades ricas em pesquisas e desenvolvimento e em tecnologia, investimentos são estritamente necessários para garantir a sua competitividade diante dos processos de globalização. A reativação dos investimentos; o aproveitamento da demanda interna; e a queda na taxa de juros, que vem sendo promovida pelo Banco Central, são fatores que podem contribuir para o reaquecimento da atividade (ABDI, 2011).

A desaceleração do crescimento econômico do Brasil também se deve ao aumento das importações de bens e serviços, que reduziu o nível de atividade e de emprego do setor industrial (ABDI, 2011). Quanto às exportações, essas também cresceram, mas não no mesmo ritmo das importações. Apesar do aumento das exportações ter sido inferior ao das importações, o saldo da balança comercial manteve-se superavitário (ABDI, 2011). Em 2010, o saldo comercial do Brasil foi de US\$ 20.267 milhões e o do RS foi de US\$ 2.103 milhões, *free on board* (MDIC, IBGE, 2012). Em 2010, as exportações do RS corresponderam, aproximadamente, a 8% do volume exportado a nível nacional, estando o Estado na quarta colocação entre os Estados da federação com maior volume exportado. São Paulo é o Estado que detém a primeira colocação, representando 26% das exportações nacionais em 2010. Minas Gerais detém a terceira colocação, com 15% das exportações, seguido do Rio de Janeiro, com 10%, conforme dados brutos da FEE/MDIC (2012).

Ademais, no ano de 2011, segundo informação da ABDI (2011), o aumento das exportações brasileiras foi sustentado pela demanda dos países asiáticos, especificamente a China. Ao analisar as exportações da economia gaúcha por países de destino, o Estado acompanha a tendência nacional, sendo suas exportações para o país asiático correspondente a, aproximadamente, 19% do total exportado no período de janeiro a outubro de 2011, enquanto que, no mesmo período, o total exportado para o país vizinho – Argentina – foi de, aproximadamente, 10%. Além da China e da Argentina, os Estados Unidos (7%) também são um dos principais mercados compradores do Rio Grande do Sul. Em relação aos países do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai), os três juntos representaram 15,5% das exportações gaúchas em janeiro a outubro de 2011.

O que possibilitou que o saldo da balança comercial se mantivesse superavitário foi a exportação de *commodities*, pois verificou-se que a queda da produção industrial foi

acompanhada do aumento das importações. Se analisado a balança comercial para a indústria de transformação, verifica-se claramente esse efeito deficitário. Os setores industriais que mais sofrem concorrência internacional são os intensivos em trabalho como têxteis, calçadistas e mobiliários. O mesmo também se nota no caso de alguns bens de capital (equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos de informática) (ABDI, 2011).

Considerando o desempenho dos produtos exportados do país relacionados à indústria metal-mecânica, de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), os mesmos corresponderam a 22,86% da exportação nacional de janeiro a outubro de 2011, sendo que aqueles com maior participação – produtos minerais – corresponderam a 27,8% do total exportado no mesmo período (dados brutos MDIC, 2012). Em relação a economia gaúcha, as exportações estão concentradas em quatro setores: produtos alimentícios, produtos agrícolas – especificamente a soja –, produtos químicos e produtos do fumo. De acordo com a NCM, os produtos do reino vegetal; das indústrias alimentares, bebidas, vinagres, fumo (tabaco) e seus manufaturados; e do reino animal corresponderam a 22,9%, 18,8% e 10,5%, respectivamente, das exportações gaúchas no período de janeiro a outubro de 2011. Quanto aos produtos relacionados ao setor metal-mecânico, os mesmos juntos corresponderam a 17,8% para o mesmo período (dados brutos MDIC, 2012).

Considerações Finais

A globalização e a regionalização das economias são processos em voga nos dias atuais e bastante questionados em relação aos benefícios gerados. É através da formação de blocos econômicos, característica dos processos de regionalização, que as economias visam reduzir os males gerados pela globalização. Porém, dentro de um bloco econômico, com o surgimento de novos atores internacionais com personalidade jurídica, a soberania absoluta dos Estados envolvidos é afetada. A transferência de parte da soberania para os organismos internacionais ocorre pela necessidade de políticas coordenadas intra-bloco. As políticas adotadas pelas nações integrantes de um bloco regional deveriam ser tomadas não de forma isolada, mas sim considerar a necessidade do bloco como um todo para que haja a sua consolidação e o desenvolvimento conjunto das nações.

Como já destacado na introdução, por se tratar de um projeto em andamento, ainda não há conclusões assertivas, que possam ser comprovadas com base em dados primários e secundários, acerca do impacto das políticas industriais individuais dos países Brasil e Argentina no contexto das suas negociações dentro do MERCOSUL. Da mesma forma, não há, no presente momento, resultados sobre os reflexos disso na indústria metal-mecânica

regional em estudo e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Apesar disso, é possível fazer conclusões preliminares sobre a situação de empresas do segmento metal-mecânico do Noroeste do Estado gaúcho. As mesmas, através de relatos informais, expressam suas dificuldades para a comercialização com o país vizinho. Além dos excessos de burocracia enfrentados, há uma elevada carga tributária e políticas nacionais que inviabilizam, de certa forma, o negócio, descaracterizando o bloco formado entre ambos os países. O comércio é dificultado ao invés de ser facilitado e estimulado, não promovendo o desenvolvimento esperado das nações envolvidas, como preconizam as diretrizes do MERCOSUL. Ademais, empresas adotam medidas como a instalação de sedes ou transferência das atividades da indústria para o país vizinho, evitando-se assim a comercialização. O estudo pretende concluir até que ponto essas medidas não repercutem negativamente sobre o crescimento e desenvolvimento regional, afetando a vida das pessoas dessa região, por depararem-se com menos volume de emprego ofertado, além da falta de outros benefícios trazidos com a instalação de uma empresa na cidade, como um maior volume de comércio e melhorias na infraestrutura.

Apesar dos processos de integração serem alternativas para o desenvolvimento regional, os mesmos sozinhos não proporcionam tal desenvolvimento. Para sanar os grandes problemas econômicos e sociais por que passam as economias menos desenvolvidas, transformações políticas, econômicas e sociais devem ocorrer concomitantemente com os processos de integração econômica, devendo as políticas implementadas pelos países serem coerentes com as estratégias de integração para que os ganhos sejam desfrutados por todos.

Referências Bibliográficas

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Boletim conjuntura industrial. Set. 2011. Disponível em: www.abdi.com.br/Estudo/BoletimConjuntur. Acesso em: 01/2012.
- BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.
- _____. (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996b, p. 33-73.
- Central Intelligent Agency – CIA. The world factbook. Publications. Disponível em: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/. Acesso em: 09/02/2012.
- CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. Texto para Discussão, n. 14/2004. Departamento de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, nov. 2004.
- DAL BELLO, Ubyrajara Brasil. Reflexões sobre a integração econômica de países. NERINT – Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais. UFRGS. Disponível em: www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigosintegracaoeconomica/content. Acesso em: 30/03/2006.

- DATHEIN, Ricardo. A integração latino-americana sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Texto para Discussão, n. 17/2005. Departamento de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, dez. 2005.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 502-512.
- Fundação de Economia e Estatística – FEE. Resumo Estatístico RS: panorama recente do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: mar., 2011.
- _____. Centro de Informações Estatísticas. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/index.php>. Acesso em: 08/02/2012.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Globalização e regionalização: impactos no Estados e no direito. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 36, p. 359-378, 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. A inserção econômica internacional do Brasil: uma visão alternativa. Revista Archétypon, a. 1, n. 3, 1993.
- GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 422 p.
- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; TONEDO Jr., Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 461-618.
- HIRST, Monica (coord.); BEZCHINSKY, Gabriel; CASTELLANA; Fabian. A reação do empresariado argentino diante da formação do MERCOSUL. Texto para Discussão, n. 337. IPEA. Brasília: maio 1994.
- HIRST, Paul. Globalização, mito ou realidade? In FIORI, Jose Luís (org.). Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. Economia. Estrutura Detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>. Acesso em: 03/02/2012.
- MAGNOLI, Demétrio. Globalização e regionalização: o Brasil e o Mercosul. In: MAGNOLI, Demétrio. O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000. São Paulo: Ed. Moderna, 2002, p. 147-159; 184-195.
- MARCONDES, Martha Santana. Educação em contexto de globalização. Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso em: 30/03/2006.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/index>>. Acesso em: 03/02/2012.
- MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional. UOL, Jus Navigandi, Doutrina. Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina/. Acesso em: 30/03/2006.
- NOGUEIRA, Rândala. Soberania e supranacionalidade. Disponível em: www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/artigo. Acesso em: 30/03/2006.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (org.). Manual de economia: equipe de professores da USP. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- RATTNER, Henrique. Os desafios da integração regional: o caso do Mercosul. Leituras de Economia Política, Campinas, v. 6, p. 125-137, jun.-dez. 1995.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SOUZA, Nali de Jesus. Globalização, crescimento e pobreza: a visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização. Revista Análise Econômica, set. 2004.
- STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.